



## SUCCESSÃO FAMILIAR NO AGRONEGÓCIO: DESAFIOS E SOLUÇÕES JURÍDICAS PARA A CONTINUIDADE

Patrícia Machado Iserhardt<sup>1</sup>

Rosane Marisa Spanevello<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo investigou as estratégias de planejamento patrimonial e sucessório utilizadas por empresas familiares rurais de médio e grande porte no município de Júlio de Castilhos - RS. A pesquisa buscou compreender em que medida essas empresas planejaram a sucessão, como ocorreu e quais arranjos jurídicos foram utilizados. A continuidade das empresas familiares rurais depende fortemente de um planejamento eficaz. Este estudo aborda a relevância do planejamento para garantir a sustentabilidade das empresas no longo prazo. Os objetivos do estudo foram: (1) identificar as estratégias de planejamento sucessório utilizadas pelas empresas familiares rurais; (2) compreender como essas estratégias são implementadas; e (3) analisar os arranjos jurídicos envolvidos no processo de sucessão. A pesquisa adotou abordagem qualitativa e explicativa, com entrevistas semiestruturadas com gestores de empresas familiares rurais, estas foram realizadas entre janeiro e junho de 2023. Os dados coletados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo. A análise focou na existência ou ausência de estratégias formais de planejamento sucessório, a natureza dos arranjos jurídicos utilizados e os desafios enfrentados durante a implementação dessas estratégias. Os resultados indicaram que, apesar da importância do planejamento para a continuidade das empresas, a maioria ainda não possui estratégias formais estabelecidas. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados, cerca de 10%, utilizou holdings familiares e outros arranjos jurídicos formalizados. O estudo destacou a necessidade de implementação de arranjos jurídicos adequados para evitar conflitos familiares e assegurar a continuidade do negócio, com o planejamento patrimonial e sucessório com que envolvam todos os membros da família.

**Palavras-chave:** agronegócio, empresas familiares, planejamento patrimonial, planejamento sucessório, sucessão rural

### 1. Introdução

O mundo está em constante transformação, com mudanças ambientais, econômicas, sociais, políticas e tecnológicas impactando diretamente as empresas familiares rurais (PESSOTTO et al., 2019). Essas transformações exigem estratégias inovadoras para garantir a continuidade dessas empresas, especialmente em momentos de sucessão, onde a falta de planejamento pode levar à venda da área, ao desmembramento da propriedade ou à sucessão

<sup>1</sup> Patrícia Machado Iserhardt. E-mail: [patriciamiacad@gmail.com](mailto:patriciamiacad@gmail.com). Doutoranda Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<sup>2</sup> Rosane Marisa Spanevello. E-mail: [rosani.spanevello@ufsm.br](mailto:rosani.spanevello@ufsm.br). Doutora em Agronegócios, Universidade Federal de Santa Maria.



sem a continuidade do legado (ROSA, 2023). O planejamento patrimonial e sucessório é fundamental, utilizando estratégias jurídicas para organizar o patrimônio e assegurar a sucessão geracional, evitando conflitos e perdas entre herdeiros (MADALENO, 2020; TEIXEIRA, 2020). Discutir a morte é um tabu cultural que muitos acreditam atrair "mau agouro" (ROSA, 2023; FLEISCHMANN e GRAEFF, 2021). No entanto, falar sobre planejamento sucessório é essencial para garantir a continuidade das empresas familiares rurais, evidenciando a organização da vida que permanece (BUHLER, 2023). No Brasil, a maioria das propriedades rurais é administrada por famílias (IBGE, 2017; TEIXEIRA, 2020), mas a sucessão geracional enfrenta desafios, como o êxodo rural, que reduz a população jovem no campo e gera incertezas quanto à continuidade das propriedades (FOGUESATTO et al., 2020; BUHLER, 2023).

Embora a literatura destaque a importância do planejamento patrimonial e sucessório em empresas familiares (MAMEDE, 2014; ARAUJO, 2018), pouco se sabe sobre as estratégias jurídicas utilizadas pelas empresas familiares rurais para garantir sua continuidade (BRANDT, 2015; BIFF et al., 2018). Este estudo buscou responder: Em que medida as empresas familiares rurais planejam a sucessão? Como ocorre o planejamento? Quais são os arranjos jurídicos utilizados para a realização da sucessão geracional e hereditária no município de Júlio de Castilhos?

## 2. Materiais e Métodos

A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa para explorar as nuances das empresas familiares rurais em Júlio de Castilhos, RS. Iniciou-se com uma revisão bibliográfica para fundamentar a construção do roteiro de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas 20 entrevistas, cada uma com duração média de 60 minutos, totalizando 20 horas. Os dados foram organizados e analisados utilizando técnicas descritivas e de análise de conteúdo (Badin, 2023), categorizando as respostas em temas de acordo com a frequência e relevância. O roteiro de entrevistas abrangeu quatro blocos principais: perfil dos gestores e sucessores, caracterização das propriedades rurais, ocupação e estímulo à continuidade na atividade, e arranjos jurídicos para sucessão. Os participantes foram selecionados por indicação do Sindicato Rural de Júlio de Castilhos, abrangendo propriedades rurais de médio (140-525ha) e grande porte (acima de



525ha). A pesquisa focou em propriedades com pelo menos um filho envolvido no processo de sucessão, independentemente do sexo.

### 3. Resultados e Discussão

A discussão teórica seguiu Bordieu (1996, 2007), especialmente seus conceitos de habitus, capital e campo. Os dados coletados indicaram que a média de idade dos gestores das propriedades rurais foi de 55 anos, predominando os homens (65%), com 55% sendo proprietários e 15% sucessores. As mulheres corresponderam a 35%, com 20% proprietárias e 10% sucessoras. Quanto à escolaridade, 40% possuíam nível superior, 20% tinham pós-graduação, 15% ensino médio completo, 5% ensino médio incompleto, 15% ensino fundamental completo e 5% fundamental incompleto. Este perfil divergiu do Censo Agropecuário do IBGE (2017), que apontou uma predominância de escolaridade primária no meio rural do Rio Grande do Sul. A pesquisa revelou que as mulheres, embora menos numerosas, foram mais qualificadas, com maior proporção de ensino superior e pós-graduação, alinhando-se com dados do Censo que mostraram desigualdade de gênero na escolaridade (IBGE, 2017).

As motivações para a implementação de arranjos sucessórios incluíram a preservação da continuidade das atividades agropecuárias, evitando a divisão das propriedades e conflitos familiares. 90% dos entrevistados afirmaram ter adquirido as propriedades por herança, com 45% complementando a herança com compras e apenas 10% através de arrendamento. A falta de preparação para a aposentadoria dos gestores foi evidente, com muitos não considerando a sucessão até o falecimento.

Os arranjos jurídicos utilizados incluíram testamentos, doações em vida, seguros de vida, previdência privada e constituição de holdings familiares. Apenas 25% dos entrevistados possuíam testamentos, enquanto 15% fizeram doações em vida. Os seguros de vida e previdência privada foram usados por 15% e 10% dos entrevistados, respectivamente. A constituição de holdings familiares foi adotada por 10%, visando evitar a divisão das propriedades e conflitos entre herdeiros. Contudo, muitos gestores ainda dependeram de arranjos informais e falta de orientação profissional, evidenciando a necessidade de maior conscientização e acessibilidade a planejamentos estruturados. A falta de preparo dos gestores



para a sucessão e a aposentadoria foi um ponto crítico, evidenciando a necessidade de políticas públicas e programas de capacitação para assegurar a continuidade das atividades rurais.

#### 4. Considerações Finais

Esta pesquisa demonstrou que o planejamento patrimonial e sucessório em empresas familiares rurais é pouco utilizado. A maioria dos gestores não está preparado para a aposentadoria e não possui planos de sucessão formalizados, o que pode comprometer a continuidade das empresas familiares rurais. A inclusão de mulheres na gestão enfrenta barreiras significativas, refletindo a persistente desigualdade de gênero no meio rural. As contribuições acadêmicas deste estudo incluem a confirmação da necessidade de arranjos jurídicos bem estruturados e a implementação de práticas de governança familiar para garantir a continuidade das atividades. A pesquisa revelou que a percepção das mulheres gestoras esteve alinhada com a literatura, que destacou a masculinização do campo e a necessidade de maior participação feminina na gestão.

A principal limitação deste estudo foi o número reduzido de entrevistados, restringindo a generalização dos resultados. Além disso, a pesquisa focou-se em uma única região, o que pode não refletir a realidade de outras áreas rurais do Brasil. Para futuras pesquisas, sugeriu-se a ampliação da amostra para incluir um número maior de propriedades e a inclusão de diferentes regiões do país. Outra recomendação foi a inclusão da percepção dos herdeiros/sucessores para obter uma visão mais abrangente do processo sucessório.

A combinação de pesquisas em ciências sociais e jurídicas pode fornecer insights valiosos sobre a sucessão geracional e hereditária nas empresas familiares rurais, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de planejamento mais eficazes. Foi fundamental que futuras investigações explorassem a interseção entre a teoria do habitus de Bourdieu e a prática do planejamento sucessório, proporcionando uma compreensão mais profunda de como as disposições internalizadas e os diferentes capitais influenciaram o processo sucessório. Além disso, a continuidade das atividades agropecuárias interferiu em todas as cadeias do agronegócio, sendo a sucessão essencial para a continuidade das atividades "antes, dentro e depois" da porteira.



## 5.Referências

- ARAÚJO, D. A. Planejamento tributário aplicado aos instrumentos sucessórios. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2018.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.
- BIFF, C.; DALEASTE, J.C.; CAMARGO, T.F; CAMARGO, A.A.; PEREIRA, D.B. (In) Existência do planejamento sucessório em empresas familiares rurais do município de Chapecó/SC. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 4, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv4n4-179>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/179>. Acesso em: 02 janeiro 2023.
- BOURDIEU, P. O espírito da família. In: Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Correa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. As contradições da herança. In A. M. Nogueira & A. Catani, (Orgs.), Escritos da educação, 9. ed. P. 229-237, 2007. Petrópolis: Vozes. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Escritos-de-educ%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 dezembro 2022.
- BRANDT, G. L. Sucessão familiar em empresas do agronegócio. 2015. 83 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.
- BUHLER, P. A Holding familiar como forma de planejamento sucessório no âmbito rural. 2023. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- FLEISCHMANN, S. T. C.; TREMARIN JUNIOR, V. Reflexões sobre holding familiar no planejamento sucessório. In: TEIXEIRA, D. C. (Coord.). Arquitetura do planejamento sucessório. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
- FOGUESATTO, C. R, Giana de Vargas MORES, G. V; KRUGER, S. D.; COSTA, C. Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. Land Use Policy. v. 97. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837719302340>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE. 2017.
- MADALENO, R. Sucessão legítima. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- MAMEDE, G. Empresas familiares: o papel do advogado na administração, sucessão e prevenção de conflitos entre sócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.



## VI Colóquio & II Colóquio Internacional de Pesquisas em Agronegócios

O futuro dos sistemas agroalimentares



PESSOTTO, A. P, COSTA, C, SCHWINGHAMER, T; COLLE G, DALLA CORTE V, F. Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil, *Land Use Policy*, v 87, 2019, <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104045>. Disponível em: <https://www-sciencedirect.ez47.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0264837718314212?via%3Dihub>. Acesso em: 03 janeiro 2023.

ROSA, C.P. Planejamento Sucessório: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Editora JusPodivm. 2023.

SPANEVERELLO, R. M. A dinâmica sucessória a agricultura familiar. 2008. 236 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SPANEVERELLO, R. M. Jovens rurais do município de Nova Palma - RS: situação atual e perspectivas. *Redes*. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11039>>. Acesso em: 22 agosto 2017.

TEIXEIRA, D.C. Noções prévias do Direito das Sucessões: sociedade, funcionalização e planejamento sucessório. In: TEIXEIRA, D.C (COORD.). *Arquitetura do Planejamento Sucessório*. 2. ed. P. 29-46. Belo Horizonte: Fórum, 2020.